- LIV -

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONCEITOS E MARCOS LEGAIS (1988-2008): 20 ANOS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Paola Gianotto Braga

Universidade Católica Dom Bosco
pgpsico@hotmail.com

Nadia Bigarella

Universidade Católica Dom Bosco
nadia@ucdb.br

INTRODUÇÃO

Este ensaio é parte inicial de uma pesquisa de mestrado em andamento. Tem por objetivo, por meio de uma pesquisa documental, discutir os marcos legais das políticas que salvaguardam os direitos dos estudantes da educação especial, após a publicação da Constituição Federal de 1988, a qual afiançou no art. 205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e suas qualificações para o trabalho (BRASIL, 1988).

No âmbito da educacional especial esse direito precisa ser demonstrado, como um serviço público e de finalidade universal, conduzido de forma a resguardar a igualdade de condições e de oportunidades para todos, sem diferenças.

DESENVOLVIMENTO

Partindo do pensamento de Saviani (2009, pp. 18-19) que a educação tem como “[...] ponto de partida e de chegada a prática social, e, como passos intermediários, a

problematização, a instrumentalização e a catarse”, uma vez que “[...] contempla tanto a questão da comunicação e promoção do homem como o caráter mediador da educação no interior da sociedade”. Pode-se entender que a educação especial, para além do atendimento educacional às pessoas com deficiências, igualmente tem como finalidade principal a prática social.

Muito embora, se trate de uma forma específica e exclusiva de atendimento a estudantes com necessidades especiais, com professores especializados e atuantes em conjunto com uma equipe multidisciplinar, com o objetivo de incluir pessoas com deficiências nos sistema educacional, criando condições particularizadas que proporcionem a estas pessoas uma vida digna, com todos os direitos garantidos, conforme demanda o art. 205, da Constituição Federal de 1988, o principal marco da educação especial, uma vez que além de garantir a educação como direito de todos e dever do Estado, no art. 208, determina no inciso “III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p. 122).

A Constituição de 1988, possibilitou em 1989, a promulgação da Lei nº 7.853/1989, que dispôs sobre a integração social de pessoas com deficiências e instituiu a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos de pessoas com deficiência, disciplinando a atuação do ministério público e determinando crimes, prescreveu no art. 2º, responsabiliza o poder público e seus órgãos a [...] assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação [...]” (BRASIL, 1989, p. 1).

Na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, Capítulo V - educação especial, no art. 58, conceitua a educação especial, para os efeitos desta lei como uma “[...] modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996, p. 25). E explicita que o atendimento educacional deverá acontecer “[...] na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial”; ser ministrado em classes comuns do ensino regular, ou serviços especializados (BRASIL, 1996, p. 25).

Outro marco legal que formou parte da história da educação especial no Brasil, foi o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172/2001 (PNE/2001), que se apresentou objetivos e metas para a educação especial, entre elas: estabelecer os padrões mínimos de infraestrutura das escolas para o recebimento dos alunos especiais; autorizar a construção de prédios escolares, em conformidade aos padrões de infra-estrutura e assegurar

transporte escolar com as adaptações para atendimento dos alunos especiais (BRASIL,2001b,p.53)

O PNE/2001, foi a iniciativa de “assegurar a inclusão, no projeto pedagógico das unidades escolares, do atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos, definindo os recursos disponíveis e oferecendo formação em serviço aos professores em exercício”. Uma vez que o projeto pedagógico da escola pode definir a identidade da escola como inclusiva e indicar caminhos para ensinar para a qualidade socialmente referenciada.

O PNE/2001, foi resultado de debates entre educadores, legisladores, pais e pessoas com deficiência, os quais discutiram a educação especial, buscando garantir o direito de acesso à educação para todos, em condições de permanência e continuidade dos estudos no ensino regular. Bem como trouxe orientações para que os sistemas educacionais a garantirem: a transversalidade na educação especial em todos os níveis de ensino; o atendimento educacional especializado; a continuidade da escolarização nos níveis superiores; a formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado e de outros profissionais da educação para a inclusão; o envolvimento da família e da comunidade; a acessibilidade urbanística/arquitetônica dos mobiliários e equipamentos, transportes, comunicação e informação; e, articulação intersetorial para a implementação de políticas públicas (BRASIL, 2001b).

Outro marco relevante que foram aprovados nestes 20 anos, foi Decreto nº 6.571/2008, que instituiu a política de financiamento para o Atendimento Educacional Especializado e estabeleceu no art. 1º, dos parágrafos 1º e 2º o conceito atendimento educacional especializado como um “[...] conjunto de atividade, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente [...]”, necessários para a formação dos alunos. Por isto, precisam ser unificados com a proposta pedagógica da escola (BRASIL, 2008, p. 1).

Além disso, desse Decreto é importante mencionar a Resolução Conselho Nacional de Educação/ Comissão da Educação Básica, nº 04/2009, (Resolução CNE/CEB nº 04/2009, que institui as diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica. Para tanto, o art. 2º, da referida resolução explicita que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) “[...] tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (BRASIL, 2009, p. 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o exposto pode-se afirmar que a educação, como um dos direitos sociais mais significativos prescritos na legislação brasileira, tem como finalidade a prática social. A educação especial, por sua vez, proclama o desígnio universal da escola pública, que como instituição estatal tem por objetivo salvaguardar a igualdade para todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, DF: **Senado Federal**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado>. Acesso em: dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, seção 1, 23 dez. 1996, p. 27833.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Lei do PNE. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, seção 1, 10 jan. 2001^a, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 de julho de 2015; 194^a da Independência e 127^a da República.

BRASIL, **Lei n. 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência sua integração social, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, 24 de outubro de 1989, 168^o da Independência e 101^o da República.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 2001^b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: dez. 2018.

GLAT, R.; FERREIRA, J. R. **Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil**, 2003. Disponível em: <http://www.acessibilidade.net/at/kit2004/Programas%20CD/ATs/cnotinfor/Relatorio_Inclusiva/pdf/Educao_inclusiva_Br_pt.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

SAVIANI, D. A Educação Fora da Escola. **Revista Ciências de Educação - UNISAL - Americana**, SP, Ano XI, n. 20, p. 17-27, 2009.